

A PROVA BRASIL COMO POSSIBILIDADE DE QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Inês Naujorks - Elizabeth Freire Gomes da Silveira
minau@uol.com - beth1nha@terra.com.br
Universidade Federal de Santa Maria - Brasil

I Apresentação

Na legislação nacional a avaliação do rendimento escolar é prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB¹. O Título IV, da Organização da Educação Nacional, no art. 9º, no Inciso VI, prevê que é da incumbência da União assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, como objetivo de definir prioridades e a melhoria da qualidade do ensino. No Plano Nacional de Educação², no art. 4º, expressa que “a União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação.”

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o Exame Nacional do Ensino Médio, O Exame Nacional de Cursos e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes são processos de avaliações educacionais implementados pelo MEC e asseguradas na LDB. Pode-se dizer que a “década da educação” também é a década da avaliação.

Em 1990 instituiu-se no Brasil o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB com a finalidade de subsidiar os gestores dos sistemas de ensino do desempenho da educação básica brasileira, bem como de elementos que possibilitem o monitoramento das políticas públicas de educação.

A partir deste marco este sistema de avaliação promoveu a visibilidade do sistema educacional brasileiro, em escala nacional. No final dos anos 80 foi desenvolvido e em 1990 foi aplicada a 1ª edição. Em 1995 foram introduzidas modificações com o objetivo de estabelecer escalas de proficiências por disciplina, que variam de 0 a 500 pontos, nas três séries avaliadas: 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio. Em 2007 passou a ser realizado concomitantemente com a Prova Brasil.

Em 2007 a Prova Brasil e o SAEB foram aplicados simultaneamente possibilitando a realização da primeira avaliação universal da educação básica pública. Esta ação foi desencadeada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional³ (BRASIL, 1996), que determinou a integração de todos os estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior, em regime de cooperação entre os sistemas de ensino ao processo nacional de avaliação do rendimento escolar.

II A pesquisa

Este estudo vincula-se ao Projeto de Pesquisa “Avaliação e Inclusão: da formação inicial de professores às práticas avaliativas”, em andamento na UFSM. Os dados poderão subsidiar Universidade e Escola na proposição de ações que englobem questões da aprendizagem e da avaliação. Os dados coletados através de entrevista estruturada aplicada aos gestores foram analisados quanti-qualitativamente, assim constituída: Primeira Parte: apresenta dados de natureza demográfica, subdivididos em duas sessões: A- cinco itens, explora os dados gerais dos gestores da escola. B-sete itens, explora os dados gerais das escolas. Na análise destes dados utilizou-se o Statistical Package for the Social Sciences –SPSS, pacote estatístico para as ciências sociais. Segunda Parte: apresenta dados de natureza qualitativa, distribuídos em quinze itens envolvendo informações sobre a Prova Brasil/2005. As categorias elencadas e analisadas tendo

1 Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – versão atualizada.

2 Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001 – Plano Nacional de Educação

3 Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – versão atualizada. Art 9º, inciso VI.

como referência a metodologia da Análise de Conteúdos (BARDIN:1977) .

O *CORPUS* contemplou vinte e três escolas urbanas, da rede de ensino estadual, do município de Santa Maria/RS, pertencentes à 8ª Coordenadoria Regional de Educação. Estas escolas estão distribuídas em dezesseis bairros. Levando-se em conta o “desempenho” das escolas e na eminência da realização da Prova Brasil – 2007 buscamos os seguintes objetivos: 1. Identificar as ações planejadas pela equipe diretiva e comunidade escolar na implementação de ações pedagógicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino. 2. Investigar as expectativas da comunidade escolar com relação à Prova Brasil/2007.

2.1 Análise dos dados

Os dados demográficos revelaram que:

1- A presença do sexo feminino é predominante na gestão das escolas investigadas. Em apenas uma escola essa função é desempenhada pelo sexo masculino.

2- No que se refere à formação constatou-se que a totalidade dos gestores possui curso superior sendo que a graduação em Pedagogia é predominante. Cursos *Lato Sensu* aparecem como uma oportunidade de formação continuada para a maioria.

3- Com relação ao tempo de magistério constatou-se que a maioria possui acima de 20 anos de docência. No exercício da gestão, entretanto, observou-se que estes tempos são variados: o menor tempo é de dez meses e o maior é de vinte e seis anos.

4- As escolas estão distribuídas em dezesseis bairros da região urbana do município de Santa Maria. O número de alunos matriculados nestas escolas varia de aproximadamente 300 a 2000 alunos.

Os dados quantitativos com relação ao desempenho⁴ das vinte e três escolas na Prova Brasil/2005, no município de Santa Maria, mostraram que todas as vinte e três escolas realizaram a avaliação em Língua Portuguesa e Matemática, nas 4ª séries. Enquanto que nas 8ª séries realizaram a avaliação em Língua Portuguesa e Matemática, apenas 18 escolas.

Com relação ao desempenho das 4ª e 8ª séries, na Prova Brasil, na Língua Portuguesa, observar-se que⁵:

A) a média das vinte e quatro escolas foi de 187,97. Sendo que na 4ª série a maior média observada foi de 210,64 e a menor foi de 155,86. Destaca-se que 17 escolas, obtiveram médias acima da nacional, para escolas estaduais, que foi de 177,61.

B)

C) a média das dezoito escolas observadas foi de 188,04. Sendo que na 8ª série a maior média observada foi de 258,29 e a menor foi de 204,06. Destaca-se que das 18 escolas que realizaram a avaliação, 14 escolas obtiveram média acima da nacional, para escolas estaduais, que foi de 226,45.

D)

Com relação ao desempenho das 4ª e 8ª séries, na Prova Brasil, na Matemática, observou-se que⁶:

A) a média das vinte e quatro escolas foi de 193,64. Sendo que na 4ª série a maior média observada foi de 212,86 e a menor de 167,15. Destaca-se que 20 escolas, obtiveram médias acima da nacional, para escolas estaduais, que foi de 183,59.

B) a média das dezoito escolas foi de 221,18. Sendo que na 8ª série a maior média observada foi de 283,13 e a menor 226,01. Destaca-se que das 18 escolas que realizaram a avaliação, 14

4 Desempenhos da Prova Brasil/2005 divulgados pelo site WWW.inep.gov.br

5 Dados obtidos com a utilização da planilha Excel 2003.

6 Dados obtidos com a utilização da planilha Excel 2003.

escolas obtiveram média acima da nacional, para escolas estaduais, que foi de 241,17.

Os dados qualitativos foram analisados levando-se em conta as seguintes categorias de análise:

A Realização das Provas

De um modo geral, constatou-se que as escolas não se preparam para a aplicação da Prova Brasil, o cotidiano da escola não é alterado em função desta avaliação. Não há consenso no que se refere às informações desse processo: Em um número reduzido, algumas escolas tiveram a oportunidade de trabalhar com os alunos evidenciando preocupação em familiarizá-los com a estrutura das questões e preenchimento do cartão resposta. Estas escolas estão localizadas na região central da cidade e dispõem de recursos de informática, com acesso à Internet, facilitando, desta forma, o acesso às informações.

Em outras escolas (maior número), foi informado que, tanto professores e gestores, como os alunos, foram “pegos de surpresa” no dia da aplicação da avaliação. Nestas escolas, geralmente mais afastadas da região central da cidade, os relatos apontam para a insuficiência de informações repassadas, o que revela uma falha no planejamento conjunto para essa atividade. Nestes locais há a queixa de que não receberam materiais de divulgação, não havendo “reuniões” informativas a respeito desse processo. Em alguns desses locais verificou-se que há recursos de informática, porém sem acesso à Internet. Desta forma, há uma dependência das informações que são repassadas pela Coordenadoria, o que nem sempre chega no tempo adequado.

O Desempenho Alcançado pelas Escolas:

Com relação ao desempenho alcançado pelas escolas, 60% não tiveram retorno dos resultados da avaliação, dificultando o conhecimento e discussão dos dados. Desta forma, as inúmeras possibilidades no planejamento de ações pedagógicas que poderiam ser propostas ficaram prejudicadas. A impossibilidade de auto-avaliação pelas escolas, derivada da não devolução dos resultados, no mesmo ano da sua aplicação, faz com que esse programa “Prova Brasil” seja visto, por muitos professores, com desconfiança, como mais uma ação que não traz nenhum retorno à escola.

Nas escolas que receberam os resultados, estes foram trabalhados de diferentes formas: em reuniões gerais envolvendo toda a comunidade escolar; com os professores das disciplinas objeto de avaliação; em reuniões pedagógicas. Nas escolas onde o desempenho foi considerado bom, foram exibidas faixas divulgando os resultados. Nas escolas que tiveram turmas cujos desempenhos ficaram abaixo da média, houve a possibilidade de reflexão e planejamento visando reverter estes dados. Apenas em uma escola houve a iniciativa de se obter, através da internet, o acesso aos resultados. No entanto, como já referido, este acesso não atinge a totalidade das escolas participantes.

A Opinião dos Gestores a Respeito da Prova Brasil

Parece ser unanimidade entre os gestores que este sistema de avaliação poderá qualificar o ensino. Como pontos fortes destacam os seguintes aspectos: é uma oportunidade de realização da avaliação do trabalho pedagógico; possibilita à escola uma reflexão do desempenho para “além” da Prova Brasil, entendendo os motivos de tais índices, como o professor conduz o processo pedagógico e o reflexo deste trabalho na aprendizagem dos alunos; esta avaliação possibilita a visualização de como está a educação no país possibilitando a comparação dos índices entre regiões, entre escolas; para os alunos é uma oportunidade de incentivá-los naqueles conteúdos que são base para as demais aprendizagens, como por exemplo, a leitura. É também um momento em que o aluno pode vivenciar outros tipos de avaliação.

Os pontos fracos destacados foram inúmeros: A forma como o resultado é apresentado é referida

pela totalidade do grupo; alegam que os mesmos deveriam expressar também o desempenho individual do aluno, sendo esta divulgação direcionada somente a escola de origem deste e não apenas o da série ou da escola. O aluno tem o direito de ter acesso ao seu desempenho individual.

Em relação à divulgação dos resultados da edição 2000 e 2007, observamos que os mesmos chegam às escolas após o término do ano letivo. Neste contexto, devemos levar em conta que os alunos, ou já estarão em outra série, ou quem sabe em outras escolas.

A relevância dos resultados da Prova Brasil para os gestores nas escolas que participam desta avaliação está expressa na Portaria n. 47, publicada em 2007, no art. 2º, no inciso III “fornecer informações sobre as unidades escolares, que sejam úteis aos gestores da rede a qual pertençam às escolas avaliadas.” Com a divulgação dos resultados somente no ano seguinte, os gestores perdem um tempo significativo de discussão e de planejamento das práticas educativas que possibilitariam um alinhamento nas propostas escolares para o próximo ano letivo.

Outro aspecto diz respeito às realidades regionais que não foram levadas em consideração na elaboração da prova. Muitas questões não condiziam com a realidade das escolas uma vez que o ano letivo estava em curso e muitos conteúdos ainda não haviam sido vencidos. Assim, muitos alunos e professores sentiram-se intimidados pelo fato de haver um estranhamento em relação aos conteúdos e também pelo fato dos professores das turmas avaliadas não ficarem nas salas com seus alunos.

Em muitas escolas a prova foi aplicada em apenas em um dos turnos não havendo esclarecimentos a respeito das implicações deste fato para o desempenho da escola, ficando uma interrogação.

Uma crítica que merece atenção diz respeito ao fato de que este sistema de avaliação não apresenta melhorias de desempenho e não tem nenhum impacto na aprendizagem dos alunos. Desta forma fica a pergunta: quais os benefícios reais desta avaliação?

Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

Não há informações a respeito de alunos com necessidades educacionais especiais participantes na Prova Brasil em 2005 e em 2007. A partir desta observação inferimos que: ou não havia alunos com necessidades educacionais especiais incluídos nas séries correspondentes à aplicação da prova; ou estes alunos não realizaram a prova. Constatamos também que em muitas destas escolas há alunos com necessidades educacionais especiais incluídos. As necessidades educacionais especiais mais apontadas foram: baixa visão, transtornos globais do desenvolvimento e “grandes dificuldades de aprendizagem” (sic).

Em 2004 a Declaração de Salamanca completou uma década. Considerando o material de divulgação produzido pelo Ministério da Educação, veiculado na televisão, rádio, site e cartazes, a respeito da avaliação aplicada em 2007, não houve referência alguma quanto à participação de alunos com necessidades educacionais especiais. Estes alunos estão incluídos nas escolas, portanto uma questão não está clara: de que forma os mesmos participam da Prova Brasil? Sabe-se que a educação desse alunado demanda materiais específicos, cuja preparação é complexa, implica planejamento, recursos financeiros para aquisição de equipamentos (ledor, computador, teclado Braille, entre outros) e pessoal especializado como, por exemplo, o intérprete de LIBRAS. Muitas escolas participantes deste estudo não dispunham desses recursos. Mesmo a inclusão sendo uma política da educação, a realidade mostra o quanto ainda há que se investir, não só em recursos materiais, como também em formação continuada de professores.

Os dados fornecidos a partir destas avaliações poderiam subsidiar estudos a respeito do impacto da política de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino brasileiro. Eis aqui uma oportunidade de ratificar o cumprimento de um dos objetivos gerais do SAEB e Prova Brasil, assim enunciado pelo MEC (2007): “Proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão clara dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos”.

Em 2007 foi divulgado pelo site do INEP, no link da Prova Brasil que “*Crianças portadoras de necessidades especiais também poderão participar*”. Considerando que se estes alunos

freqüentaram as 4ª e 8ª séries do ensino regular, e em turmas de 20 alunos, provavelmente realizaram esta avaliação nacional. E, também deveriam preencher o questionário do aluno. Entretanto não observamos referência sobre a metodologia adotada para com estes alunos e se houve participação dos mesmos na Prova Brasil, ou no SAEB.

III Considerações finais

O SAEB possui uma condição ímpar histórica sócio-educacional, pois vem avaliando as escolas desde 1990.

Retomando os objetivos deste estudo verificamos que a aplicação da Prova Brasil/2005, bem como seus resultados, não reverteu em nenhuma ação de qualificação do ensino e, conseqüentemente, da aprendizagem dos alunos.

A escola, desconhecendo o desempenho individual, fica limitada em planejar ações que promovam a aprendizagem dos alunos. Esta limitação poderia ser minimizada se exemplares dos cadernos de provas fossem distribuídos para cada escola. Dessa forma as reflexões acerca do desempenho esperado nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, nas séries avaliadas poderiam gerar ações pedagógicas concorrentes à melhora no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Destaca-se que as turmas com número inferior a 20 alunos não realizaram a Prova Brasil.

As escolas e seus professores, de posse dos cadernos de provas, poderiam ampliar esta avaliação para estes alunos, excluídos, porém incluídos em uma ação pedagógica da escola.

Cabe destacar que este é apenas um dos fatores que afetam a mobilização dos gestores educacionais que desconhecendo etapas do processo avaliativo não têm condições favoráveis de prover melhorias da qualidade do ensino.

As experiências acumuladas, advindas das duas edições da Prova Brasil, poderão subsidiar o campo da política educacional considerando, por exemplo:

- Como oferecer um ensino de qualidade diante da desigualdade educacional?
- Quais as aplicações e implicações do desempenho escolar na Prova Brasil, na aprendizagem dos alunos?
- É possível classificarmos as escolas tomando-se como base esta avaliação?
- Quais serão as ações desenvolvidas nas escolas que não alcançam a média do seu município, estado, nacionais?
- Com que dados/informações a escola poderá planejar suas ações, se desconhece os fatores que interferem no desempenho de seus alunos?
- A escola está suficientemente provida de informações que possibilitem este planejamento, mediante os resultados divulgados da Prova Brasil a fim de obter a qualidade do ensino?
- Os alunos com necessidades educacionais especiais participarão das próximas edições da Prova Brasil? De que forma será realizada?
-

A apresentação do desempenho da Prova Brasil através da "Distribuição percentual de alunos e média posicionada na escola" (cartaz C), fornece poucos subsídios à escola para que esta possa refletir e planejar ações que viabilizem a melhoria do desempenho de seus alunos frente às avaliações futuras. É possível que alunos tenham gabaritado toda a prova e outros que a zeraram. Observa-se que em 2007 há uma campanha publicitária exibida nos meios de comunicação de incentivo à Prova Brasil. Entretanto, tanto professores como alunos ainda continuam desconhecendo este sistema e questionam-se a respeito do impacto do mesmo na melhoria dos índices educacionais nacionais.

A divulgação dos resultados destas avaliações à sociedade fica comprometida pela complexidade com que os dados são apresentados. Os procedimentos estatísticos, utilizados nesta metodologia, dificultam as discussões e as reflexões mais profundas a respeito do impacto na qualidade do ensino das redes da Educação Básica. Os resultados são apresentados às escolas através da média, o que, por si só, pouco esclarece.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n.9394, de 24 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Portaria n.931, de 21 de março de 2000. Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. Brasília: DF, 2005.
- BRASIL. MEC/INEP. Portaria n. 89, de 25 de maio de 2005. Institui a sistemática para a realização da Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB no ano de 2005. Brasília: DF. 2005.
- BRASIL. MEC/INEP. Portaria n. 69, de 4 de maio de 2005. Estabelece a sistemática da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC no ano de 2005. Brasília: DF. 2005.
- BRASIL. MEC/INEP. Portaria n. 47, de 3 de maio de 2007. Estabelece a sistemática para realização da Prova Brasil e do SAEB em 2007. Brasília: DF. 2007.
- BRASIL. A qualidade da educação: conceitos e definições. Brasília: INEP. 2007.
- BRASIL. Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 8ª série do ensino fundamental. Brasília: INEP, 2003.
- BRASIL. Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª série do ensino fundamental. Brasília: INEP, 2003.
- BRASIL. Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 3ª série do ensino médio. Brasília: INEP, 2004.
- BRASIL. Dicionário de indicadores educacionais. Brasília: MEC/INEP, 2004.
- BRASIL. SAEB 97: estudo comparativo dos resultados do SAEB 1995/1997. Brasília: MEC/INEP. S.d.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Portal MEC. Disponível em <http://www.mec.gov.br>
- _____. Resultado da Prova Brasil 2005. Brasília: 2007.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira. Prova Brasil <http://provabrasil.inep.gov.br> Brasília: 2007
- LUCE, Maria Beatriz & MEDEIROS, Isabel L. P. de (Org). Gestão escolar democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: História e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NAUJORKS, Maria Inês e SILVEIRA, Elizabeth Gomes da. Prova Brasil: desafios e possibilidades para a qualificação do ensino. XXIII Simpósio Brasileiro, V Congresso Luso-Brasileiro e I Colóquio Ibero-Americano: Política e Administração da Educacionais. Anais do Evento. 2007.pág 01-09.
- RIBEIRO, Vera Masagão, RIBEIRO, Vanda Mendes e GUSMÃO, Joana Buarque de. **Indicadores de qualidade para mobilização da escola**. Cadernos de Pesquisa, v.35, n.124, p.227-251, jan/abr. 2005.
- PINTO, Fátima C.F. et all. Pesquisa Nacional Qualidade na Educação: a escola pública na opinião dos pais. IN: **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. vol 14,n. 53. ISSN 0104-4036. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000400008&&script=sci_arttext. Acesso em 26/07/2007.